v.6, n.1, 2026



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

DESINFORMAÇÃO DIGITAL E DISPUTAS SIMBÓLICAS: IMPLICAÇÕES ÉTICO-PROFISSIONAIS PARA O SERVIÇO SOCIAL

DIGITAL DISINFORMATION AND SYMBOLIC DISPUTES: ETHICAL-PROFESSIONAL IMPLICATIONS FOR SOCIAL WORK

DESINFORMACIÓN DIGITAL Y DISPUTAS SIMBÓLICAS: IMPLICACIONES ÉTICO-PROFESIONALES PARA EL TRABAJO SOCIAL

Marcos Paulo Lima[1], Maria Eduarda Santos[2], Ismael Paula de Souza[3]

e61293
https://doi.org/10.63026/acertte.v6i1.293

PUBLICADO: 02/2026

RESUMO

Este artigo analisa a desinformação digital como fenômeno estrutural da sociedade contemporânea e examina suas implicações ético-profissionais para o Serviço Social. Parte-se da compreensão de que as Fake News não constituem meros desvios comunicacionais, mas integram disputas simbólicas que influenciam percepções sociais, decisões políticas e o acesso a direitos. Fundamentado em pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e exploratória, o estudo dialoga com referenciais do Serviço Social, da sociologia e da filosofia, articulando categorias como poder simbólico, capitalismo informacional e projeto ético-político profissional. A análise evidencia que a circulação de conteúdos falsos ou manipulados interfere nas mediações institucionais que estruturam a prática do assistente social, especialmente ao reforçar estigmas, fragilizar vínculos de confiança e dificultar o acesso a políticas públicas. Destaca-se que, em contextos de crise, como a pandemia de COVID-19, a desinformação impactou diretamente a adesão a políticas sanitárias e sociais, ampliando as demandas informacionais no cotidiano profissional. O artigo sustenta que o enfrentamento da desinformação requer estratégias que integrem formação crítica, educação informacional, fortalecimento institucional e compromisso com a produção de conhecimento qualificado. Conclui-se que a incorporação da dimensão digital às análises sobre questão social é indispensável para reafirmar o compromisso do Serviço Social com a defesa dos direitos sociais, da democracia e da justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Desinformação digital. Serviço Social. Ética profissional.

ABSTRACT

This article analyzes digital disinformation as a structural phenomenon of contemporary society and examines its ethical-professional implications for Social Work. Fake news is understood not merely as communicational deviation but as part of broader symbolic disputes that influence social perceptions, political decisions, and access to rights. Based on qualitative, bibliographic, and exploratory research, the study draws on theoretical contributions from Social Work, sociology, and philosophy, articulating categories such as symbolic power, informational capitalism, and the profession's ethical-political project. The analysis demonstrates that the circulation of false or manipulated content interferes with the institutional mediations that structure social workers' practice, particularly by reinforcing stigmas, weakening trust relationships, and creating barriers to public policies. In crisis contexts, such as the

[1] Bacharelando em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Acadêmica de Passos.
[2] Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Acadêmica de Passos.
[3] Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2006). Especialista em Neuropsicologia com ênfase em Reabilitação Cognitiva e em Terapia da Constelação Familiar Sistêmica (FAMART, 2021), em Didática do Ensino Superior à Distância (UNIDERP, 2009) e em História (UEMG, 1992). Possui aperfeiçoamento em Educação Ambiental pela USP (1995). Graduado em Pedagogia (UNAR, 2010), Ciências Sociais (UEMG, 1990) e Teologia (Seminário Presbiteriano do Sul, 1985). Formação e Mestrado em Psicanálise pela Escola de Psicanálise Clínica do Rio de Janeiro – EPCRJ (2002). Curso Técnico em Mecânica pela Escola Técnica Estadual de São Paulo (1980). Tem experiência nas áreas de Sociologia, Filosofia, Antropologia, Humanidades, Cidadania e Metodologia da Pesquisa, atuando principalmente em Sociologia, Filosofia, Antropologia e Metodologia Científica.

©2026. Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

COVID-19 pandemic, disinformation directly affected adherence to health and social measures, increasing informational demands in professional practice. The article argues that confronting disinformation requires integrated strategies involving critical education, informational literacy, institutional strengthening, and commitment to qualified knowledge production. It concludes that incorporating the digital dimension into analyses of the social question is essential to reaffirm Social Work's commitment to social rights, democracy, and social justice.

KEYWORDS: *Digital disinformation. Social Work. Professional ethics.*

RESUMEN
Este artículo analiza la desinformación digital como fenómeno estructural de la sociedad contemporánea y examina sus implicaciones ético-profesionales para el Trabajo Social. Se parte de la premisa de que las Fake News no constituyen simples desviaciones comunicativas, sino que forman parte de disputas simbólicas que influyen en percepciones sociales, decisiones políticas y en el acceso a derechos. Basado en una investigación cualitativa de carácter bibliográfico y exploratorio, el estudio dialoga con aportes del Trabajo Social, la sociología y la filosofía, articulando categorías como poder simbólico, capitalismo informacional y proyecto ético-político profesional. El análisis evidencia que la circulación de contenidos falsos o manipulados interfiere en las mediaciones institucionales que estructuran la práctica profesional, al reforzar estigmas, debilitar vínculos de confianza y dificultar el acceso a políticas públicas. En contextos de crisis, como la pandemia de COVID-19, la desinformación impactó directamente la adhesión a medidas sanitarias y sociales, ampliando las demandas informativas en el ejercicio profesional. Se sostiene que el enfrentamiento de la desinformación requiere estrategias integradas que incluyan formación crítica, educación informacional, fortalecimiento institucional y compromiso con la producción de conocimiento calificado. Concluye que incorporar la dimensión digital al análisis de la cuestión social es fundamental para reafirmar el compromiso del Trabajo Social con los derechos sociales, la democracia y la justicia social.

PALABRAS CLAVE: *Desinformación digital. Trabajo Social. Ética profesional.*

1 INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais transformou de maneira significativa as formas de produção, circulação e consumo da informação na sociedade contemporânea. Nesse contexto, as chamadas *Fake News* consolidaram-se como um fenômeno de amplo impacto social, político e ético, influenciando percepções coletivas, decisões públicas e o funcionamento das instituições democráticas. Embora a manipulação da informação não seja um fenômeno recente, a velocidade e o alcance proporcionados pelas redes sociais ampliaram seus efeitos, permitindo que conteúdos falsos ou distorcidos interfiram diretamente no debate público e no acesso a direitos.

A desinformação não se limita ao campo comunicacional, mas repercute nas relações sociais, na formulação e implementação de políticas públicas e na construção da opinião pública, atingindo com maior intensidade as populações em situação de vulnerabilidade social. No âmbito do Serviço Social, essa realidade impõe desafios específicos, uma vez que a profissão está orientada por um projeto ético-político comprometido com a defesa dos direitos humanos, a justiça social e a emancipação dos sujeitos. A circulação de *Fake News* pode reforçar estigmas, dificultar o acesso a benefícios sociais, fragilizar vínculos institucionais e tensionar a prática profissional, exigindo posicionamento crítico e atuação fundamentada na ética.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios éticos que as *Fake News* impõem ao Serviço Social no contexto contemporâneo, considerando seus impactos sociais

e profissionais. Busca-se, ainda, examinar as origens e características do fenômeno na sociedade atual, identificar seus efeitos sobre as populações vulneráveis e sobre o acesso a direitos, bem como refletir acerca de estratégias ético-políticas de enfrentamento no âmbito da prática profissional. Para alcançar tais propósitos, o artigo está estruturado em três seções: a primeira discute o fenômeno das *Fake News* na sociedade contemporânea; a segunda analisa seus impactos na atuação do Serviço Social; e a terceira apresenta estratégias de enfrentamento, com ênfase na dimensão ética e política da profissão.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a análise interpretativa de fenômenos sociais complexos, como a desinformação digital e seus desdobramentos éticos e profissionais. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em autores das áreas de Serviço Social, Sociologia, Filosofia e Comunicação, bem como em legislações e documentos institucionais relacionados ao tema.

A seleção bibliográfica priorizou produções publicadas entre 2000 e 2024, período marcado pela intensificação da digitalização das relações sociais e pela consolidação das redes sociais como espaços centrais de circulação informacional. Adotou-se procedimento de análise interpretativa fundamentado na tradição crítico-dialética, buscando identificar categorias analíticas recorrentes, tensões conceituais e implicações ético-profissionais decorrentes da desinformação digital.

Foram analisadas obras de referência que discutem poder simbólico, ideologia, capitalismo informacional e ética profissional, além de documentos normativos como o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e o Projeto de Lei nº 2.630/2020.

O caráter exploratório justifica-se pela relativa escassez de estudos que articulem diretamente *Fake News* e Serviço Social, especialmente sob a perspectiva ético-política da profissão. Dessa forma, a pesquisa buscou mapear categorias analíticas, identificar impactos e propor reflexões críticas que contribuam para o fortalecimento do debate acadêmico e profissional sobre o tema.

3 *FAKE NEWS* E PODER SIMBÓLICO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A disseminação de *Fake News* constitui um dos fenômenos centrais da dinâmica informacional contemporânea. Embora a manipulação da informação não seja historicamente recente, a consolidação das redes digitais e dos modelos de negócios baseados na economia da atenção ampliou exponencialmente a capacidade de circulação de conteúdos falsos ou distorcidos. Nesse cenário, a desinformação deixa de ser episódica e passa a integrar a própria lógica estrutural do ambiente comunicacional.

Allcott e Gentzkow (2017) definem *Fake News* como conteúdos intencionalmente fabricados, com aparência jornalística, produzidos com o objetivo de enganar e influenciar percepções públicas. O

elemento distintivo não é apenas a falsidade, mas a intenção deliberada de manipulação. A arquitetura algorítmica das plataformas digitais potencializa essa dinâmica ao priorizar conteúdos com alto potencial de engajamento emocional, independentemente de sua veracidade.

A sociedade contemporânea é marcada por um excesso informacional que, paradoxalmente, fragiliza a capacidade crítica. Byung-Chul Han (2018) argumenta que a hipercomunicação e a superexposição produzem saturação cognitiva, substituindo a reflexão pela reação imediata. Nesse ambiente, a verdade perde centralidade frente à velocidade e à intensidade emocional da circulação de conteúdo. A desinformação prospera justamente nesse espaço de aceleração e superficialidade.

Sob uma perspectiva sociológica, o fenômeno pode ser compreendido à luz do conceito de poder simbólico. Para Bourdieu (1989), o poder simbólico consiste na capacidade de produzir e impor determinadas visões de mundo como legítimas. As *Fake News* operam nesse campo ao moldar percepções, reforçar narrativas e naturalizar desigualdades. Não se trata apenas de erro informacional, mas de disputa pela definição do real.

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais e concentração midiática, a desinformação tende a incidir de forma mais intensa sobre populações vulneráveis. Conforme analisa Souza (2017), a dominação moderna opera por meio da produção de sentidos que legitimam hierarquias sociais e culpabilizam os sujeitos pela própria exclusão. A circulação de notícias falsas pode reforçar estigmas históricos, deslocando a análise das estruturas sociais para responsabilizações individuais.

Essa dinâmica articula-se às transformações do capitalismo informacional, no qual a informação assume valor econômico estratégico. A monetização da atenção converte o engajamento em capital, incentivando a produção de conteúdo sensacionalistas e polarizadores. A lógica do lucro tende a sobrepor-se à responsabilidade informacional, ampliando o espaço para a desinformação como prática recorrente.

A lógica da plataformização reorganiza as relações sociais ao transformar interações comunicacionais em dados passíveis de monetização, o que reforça a assimetria entre produtores e consumidores de informação e amplia a capacidade de manipulação simbólica.

A chamada “pós-verdade” não representa a ausência de fatos, mas a relativização de sua importância frente a crenças e afetos. Nesse contexto, o debate público torna-se fragmentado, e a confiança institucional é progressivamente corroída. A desinformação passa a afetar não apenas processos eleitorais ou decisões políticas, mas também o acesso a direitos sociais, a adesão a políticas públicas e a percepção sobre grupos historicamente marginalizados.

Compreender as *Fake News* como fenômeno estrutural da sociedade contemporânea implica reconhecê-las como expressão de disputas simbólicas, econômicas e políticas. Trata-se de um problema que ultrapassa o campo da comunicação, alcançando dimensões éticas e sociais que repercutem diretamente na organização da vida coletiva. É nesse horizonte que se insere a necessidade de analisar seus impactos no âmbito do Serviço Social, profissão cuja atuação se fundamenta na defesa de direitos e na mediação das expressões da questão social.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

A articulação entre desinformação digital, poder simbólico e produção de sentidos evidencia que as disputas informacionais não se restringem ao campo midiático, mas incidem diretamente sobre as formas de organização da vida social e sobre os mecanismos institucionais de garantia de direitos. Nesse contexto, torna-se relevante analisar como tais dinâmicas repercutem na prática profissional do Serviço Social, especialmente no que se refere à mediação das expressões da questão social.

4 DESINFORMAÇÃO E DESAFIOS ÉTICO-PROFISSIONAIS NO SERVIÇO SOCIAL

A atuação do Serviço Social está inserida nas contradições próprias da sociedade capitalista, sendo determinada pelas expressões da questão social e pelas mediações institucionais que organizam o acesso a direitos (IAMAMOTO, 2009; NETTO, 2011). Nesse cenário, atravessado por desigualdades estruturais e disputas narrativas, a circulação de desinformação digital incide diretamente sobre o exercício profissional, afetando tanto os sujeitos atendidos quanto as políticas públicas mediadas pela atuação do assistente social.

A profissão possui como fundamento normativo e político um projeto ético-político construído historicamente, orientado pela defesa dos direitos sociais, da cidadania e da emancipação humana (IAMAMOTO, 2009; NETTO, 2011). Nesse contexto, a disseminação de *Fake News* produz obstáculos concretos à efetivação desses princípios, ao interferir na circulação de informações sobre políticas públicas e direitos sociais, gerando insegurança, desconfiança institucional e barreiras adicionais para populações vulnerabilizadas.

A discussão sobre fundamentos teóricos e práticas profissionais no Serviço Social tem sido objeto de reflexão acadêmica, como evidenciado no debate acerca da hegemonia do pensamento crítico-dialético na formação profissional (DE SOUZA, 2024). Tal debate evidencia que a consolidação do projeto ético-político da profissão não se dá de forma estática, mas envolve disputas teóricas e interpretações sobre o papel social do assistente social. Nesse sentido, a emergência da desinformação digital adiciona novas camadas de complexidade às mediações profissionais, exigindo atualização crítica permanente.

A desinformação não opera apenas como erro comunicacional, mas como elemento que reconfigura relações de confiança. A prática profissional do assistente social depende da construção de vínculos, da mediação qualificada entre usuários e instituições e da circulação de informações confiáveis. Quando narrativas distorcidas passam a orientar a percepção dos sujeitos, intensificam-se conflitos, resistências e expectativas incompatíveis com os marcos legais e institucionais. A literatura destaca, inclusive, que a atuação interdisciplinar no Sistema Único de Assistência Social é essencial para responder às complexidades da questão social contemporânea, aspecto particularmente relevante diante dos desafios impostos pela circulação de desinformação digital (SANTOS, 2022).

Além disso, a desinformação pode reforçar estigmas sociais historicamente consolidados. Narrativas que associam pobreza à improdutividade, políticas sociais ao assistencialismo indevido ou grupos específicos a privilégios injustificados alimentam discursos que fragilizam o reconhecimento de direitos. Nesse sentido, a circulação de *Fake News* contribui para a naturalização das desigualdades e

para a culpabilização individual dos sujeitos, deslocando o foco das determinações estruturais da questão social.

Conforme analisa Yazbek (2009), o enfrentamento das expressões da questão social exige leitura crítica das determinações estruturais que produzem desigualdades. A desinformação, ao deslocar o debate para explicações individualizantes ou moralizantes, dificulta essa compreensão crítica e impacta o trabalho profissional ao obscurecer as mediações sociais que fundamentam a intervenção. A desinformação digital pode ainda agravar a marginalização de usuários ao obscurecer o entendimento de políticas públicas e critérios de acesso a benefícios sociais, aprofundando desigualdades que políticas de assistência social já se dedicam a mitigar (MORAIS et al., 2022).

Em contextos de crise sanitária e social, como a pandemia de COVID-19, a incidência da desinformação assumiu contornos ainda mais visíveis e estruturantes. Tornou-se evidente sua interferência sobre políticas públicas e comportamentos sociais, exigindo dos profissionais do Serviço Social não apenas atuação técnica, mas também intervenção orientada à qualificação informacional e ao esclarecimento de direitos.

A experiência pandêmica evidenciou que a desinformação não apenas distorce percepções individuais, mas interfere diretamente na implementação e na adesão a políticas públicas. Narrativas infundadas sobre a eficácia de vacinas, a gravidade da doença ou a legitimidade de medidas sanitárias produziram resistências que ultrapassaram o campo da opinião, impactando concretamente estratégias de saúde coletiva. Para o Serviço Social, inserido em diferentes equipamentos da política pública, saúde, assistência, educação e previdência, esse cenário implicou o enfrentamento cotidiano de informações falsas que dificultavam o acesso da população a direitos e serviços.

No âmbito da assistência social, a circulação de conteúdos imprecisos ou manipulados acerca de critérios de elegibilidade, valores e prazos de benefícios, como no caso do auxílio emergencial, gerou insegurança, conflitos e expectativas incompatíveis com as normativas vigentes. A mediação profissional passou a incluir, de maneira mais intensa, a necessidade de esclarecimento informacional, exigindo do assistente social não apenas domínio técnico das políticas públicas, mas também capacidade crítica para lidar com a disputa de narrativas que atravessam o espaço institucional. A desinformação sobre políticas sociais, ao reforçar discursos moralizantes ou estigmatizantes, contribui para a fragilização do pacto social que sustenta os sistemas de proteção, incidindo sobre a percepção pública acerca do papel do Estado e da própria assistência social.

Essa conjuntura revela que a desinformação digital opera como elemento estruturante de novas expressões da questão social, na medida em que interfere nas formas de acesso, reconhecimento e efetivação de direitos. O assistente social encontra-se, portanto, diante de um cenário em que a mediação institucional inclui a reconstrução de referenciais informacionais confiáveis, condição indispensável para a garantia da cidadania.

Esse cenário amplia as demandas ético-profissionais. O Código de Ética do Assistente Social estabelece o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, com a defesa dos direitos humanos e com a consolidação da democracia como valor ético central da profissão. A atuação

profissional passa, assim, a incorporar de modo mais explícito a dimensão da responsabilidade informacional, exigindo postura crítica frente a conteúdos circulantes e capacidade de mediação fundamentada em fontes verificadas.

Tal reconfiguração das exigências profissionais projeta impactos diretos sobre os processos formativos da categoria. A incorporação da temática da desinformação digital nos currículos de graduação e pós-graduação em Serviço Social torna-se necessária para que futuros profissionais desenvolvam competências críticas relacionadas à análise de fontes, à compreensão do funcionamento das plataformas digitais e à identificação de estratégias discursivas de manipulação simbólica. O ambiente digital não constitui esfera externa à intervenção profissional, mas espaço estruturante das dinâmicas sociais contemporâneas.

Além da formação inicial, a educação permanente assume papel central diante da velocidade com que se reconfiguram os fluxos informacionais. A atualização contínua acerca de políticas públicas, mudanças normativas e estratégias de comunicação institucional integra o conjunto de habilidades requeridas para o exercício profissional qualificado. A formação continuada, nesse sentido, envolve não apenas aprimoramento técnico, mas o fortalecimento de postura ética comprometida com a circulação de informações qualificadas e com a defesa do acesso universal aos direitos sociais.

A ética profissional, orientada pelo projeto ético-político da categoria, demanda posicionamento crítico frente à disseminação de conteúdos que reforcem desigualdades ou violem direitos. O enfrentamento da desinformação não se configura como atribuição acessória, mas como dimensão transversal da atuação profissional, exigindo articulação entre conhecimento teórico, competência comunicativa e responsabilidade social. A defesa da informação qualificada integra, assim, a luta mais ampla pela democratização do acesso ao conhecimento e pela preservação do espaço público como arena de debate racional e plural.

Outro aspecto relevante refere-se à própria inserção do assistente social no ambiente digital. Profissionais também estão expostos à circulação de conteúdos polarizados e à pressão de posicionamentos públicos em redes sociais, o que pode tensionar a relação entre liberdade de expressão e responsabilidade ética. A construção de uma atuação coerente com o projeto ético-político da profissão exige reflexão contínua sobre os limites e implicações da presença digital.

Assim, a desinformação digital impõe ao Serviço Social desafios que ultrapassam o campo comunicacional, alcançando dimensões institucionais, pedagógicas e políticas. Seu enfrentamento não se restringe à checagem factual, mas envolve a reafirmação do compromisso profissional com a produção de conhecimento crítico, com a mediação qualificada de direitos e com a consolidação de uma sociabilidade orientada pela justiça social.

5 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS

O enfrentamento da desinformação digital exige abordagens que ultrapassem soluções estritamente tecnológicas ou punitivas, demandando articulação entre dimensões educativas, institucionais e políticas. Trata-se de reconhecer que a desinformação não constitui fenômeno isolado,

mas expressão das disputas simbólicas que atravessam a sociedade contemporânea e reconfiguram o espaço público digital. No âmbito do Serviço Social, essa problemática deve ser compreendida como parte das mediações que incidem sobre a questão social, afetando o acesso a direitos, a legitimidade das políticas públicas e a própria produção de sentidos acerca das desigualdades.

Uma primeira dimensão estratégica refere-se ao fortalecimento da formação crítica e da capacidade analítica da categoria profissional. A incorporação sistemática de debates sobre cultura digital, circulação informacional, algoritmos e análise crítica de fontes contribui para ampliar o repertório teórico-metodológico do Serviço Social diante de mediações que se realizam, de maneira crescente, em ambientes digitais. Mais do que domínio instrumental de ferramentas, trata-se de desenvolver leitura crítica das estruturas que organizam a visibilidade, a circulação e a hierarquização de conteúdos no espaço virtual, compreendendo suas implicações para a reprodução ou contestação das desigualdades sociais.

Outra dimensão relevante diz respeito à educação informacional no âmbito da intervenção profissional. O trabalho junto aos usuários das políticas públicas pode incorporar práticas orientadas ao fortalecimento da autonomia crítica, por meio da orientação sobre direitos, da indicação de canais institucionais confiáveis e da problematização de conteúdos circulantes. Essa atuação não se confunde com controle ou imposição de narrativas, mas com a promoção do acesso qualificado à informação como condição para o exercício da cidadania e para a participação consciente na esfera pública.

No plano institucional, o enfrentamento da desinformação requer o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com transparência, comunicação acessível e divulgação clara de critérios, fluxos e direitos. A ausência de informações compreensíveis e socialmente difundidas tende a ampliar a vulnerabilidade a conteúdos falsos ou distorcidos. Assim, a defesa de estruturas institucionais democráticas, de canais oficiais de comunicação eficazes e de mecanismos regulatórios que preservem direitos fundamentais insere-se no horizonte ético-político da profissão, na medida em que contribui para a consolidação de um ambiente informacional mais equânime.

Além disso, o debate sobre estratégias de enfrentamento envolve a reflexão acerca da própria presença profissional nos ambientes digitais. A atuação do assistente social em redes sociais, fóruns virtuais e espaços de comunicação pública demanda observância rigorosa dos princípios éticos da profissão, especialmente no que se refere à responsabilidade com a informação, à preservação do sigilo profissional e ao respeito à dignidade dos sujeitos. A produção e compartilhamento de conteúdos fundamentados, a participação qualificada em debates públicos e o posicionamento crítico diante de discursos discriminatórios configuram práticas que podem contribuir para a construção de um espaço digital menos suscetível à manipulação e à desinformação.

Importa destacar que tais estratégias não se limitam ao âmbito individual da atuação profissional. O enfrentamento das *Fake News* e das disputas simbólicas no espaço público digital envolve também a articulação coletiva da categoria, por meio de entidades representativas, conselhos profissionais e instâncias acadêmicas, na defesa da ciência, da informação qualificada e da democracia. A produção de conhecimento crítico, a participação em fóruns interdisciplinares e o diálogo

com outras áreas do saber constituem caminhos relevantes para fortalecer respostas institucionais mais amplas ao fenômeno da desinformação.

Desse modo, as estratégias de enfrentamento da desinformação no Serviço Social não se restringem à reação pontual a conteúdos falsos, mas envolvem a consolidação de práticas profissionais alinhadas à defesa da democracia, à valorização do conhecimento científico e à ampliação das capacidades críticas dos sujeitos atendidos. Ao integrar dimensões formativas, institucionais e políticas, o enfrentamento da desinformação reafirma o compromisso histórico da profissão com a justiça social e com a construção de uma sociabilidade fundada na garantia de direitos.

6 CONSIDERAÇÕES

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender a desinformação digital como fenômeno estrutural da sociedade contemporânea, intrinsecamente articulado às dinâmicas do capitalismo informacional e às disputas simbólicas que moldam percepções sociais, orientam comportamentos coletivos e influenciam decisões políticas. As *Fake News* não se configuram apenas como distorções comunicacionais episódicas, mas como mecanismos de produção e circulação de sentidos que incidem sobre o reconhecimento de direitos, reforçam estigmas sociais e tensionam instituições democráticas.

Ao relacionar esse fenômeno às categorias centrais do Serviço Social, evidenciou-se que a desinformação interfere diretamente nas mediações institucionais que estruturam a prática profissional. A circulação de conteúdos falsos ou manipulados fragiliza processos de acesso a políticas públicas, intensifica conflitos no cotidiano dos serviços e desloca o debate sobre desigualdades para explicações individualizantes. Considerando que a profissão atua sobre as expressões da questão social, historicamente produzidas e determinadas pelas relações sociais capitalistas (IAMAMOTO, 2009; NETTO, 2011), a desinformação amplia os desafios ético-profissionais ao exigir postura crítica permanente e atualização teórico-metodológica diante das reconfigurações do espaço público digital.

O estudo também demonstrou que o enfrentamento da desinformação não se limita à verificação factual de conteúdo, mas requer estratégias articuladas que integrem formação crítica, educação informacional, fortalecimento institucional e defesa da ciência como referência para a formulação de políticas públicas. A atuação do assistente social, orientada pelo projeto ético-político da profissão, pode contribuir para a construção de espaços de diálogo fundamentados em informações qualificadas, na mediação responsável de direitos e na consolidação de práticas comprometidas com a democracia e a justiça social.

Como contribuição teórica, este artigo buscou articular o debate sobre *Fake News* às especificidades do Serviço Social, evidenciando a necessidade de incorporar a dimensão digital às análises sobre questão social e prática profissional. Ao situar a desinformação no interior das disputas simbólicas contemporâneas, procurou-se ampliar o campo de reflexão acerca das mediações que incidem sobre o exercício profissional, especialmente em contextos marcados pela intensificação da circulação informacional e pela fragmentação do espaço público.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

Reconhece-se, contudo, que a abordagem desenvolvida possui caráter teórico-exploratório, fundamentado em revisão bibliográfica e análise conceitual. Tal delimitação indica a necessidade de investigações empíricas futuras que examinem os impactos concretos da desinformação nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, bem como estudos interdisciplinares que aprofundem a compreensão das interfaces entre tecnologia, política social e prática profissional.

Assim, compreender e enfrentar a desinformação digital constitui não apenas um desafio comunicacional, mas um imperativo ético e político para o Serviço Social no contexto contemporâneo. Ao reafirmar seu compromisso histórico com a defesa dos direitos sociais e com a democratização do conhecimento, a profissão se coloca como sujeito ativo na construção de uma esfera pública orientada por valores democráticos, pela produção de informação qualificada e pela consolidação de uma sociabilidade fundada na justiça social.

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2014.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.630, de 2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

DE SOUZA, Thiago Dehon. SERVIÇO SOCIAL–A HEGEMONIA DO PENSAMENTO CRÍTICO-DIALÉTICO POSTA À PROVA. **Revista Científica ACERTTE**, v. 4, n. 7, p. e47192-e47192, 2024.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis: Vozes, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAIS, Mayllana Lima et al. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PROCESSO DE ENFRENTAMENTO A POBREZA. *Revista Científica ACERTTE*, v. 2, n. 10, p. e21096-e21096, 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, José Elinaldo Silva. ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL–SUAS. **Revista Científica ACERTTE**, v. 2, n. 5, p. e2572-e2572, 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.